



Descortinando a formação do Português Brasileiro: a visão etnolinguística de Yeda Pessoa de Castro

Unveiling the formation of Brazilian Portuguese: Yeda Pessoa de Castro's ethnolinguistic view

Beatriz Farias ALMEIDA*

Herbertt NEVES**

Resenha recebida em: 07.09.2023

Resenha aprovada em: 17.01.2024

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Camões com dendê**: o português do Brasil e os falares afro-brasileiros. Rio de Janeiro: Topbooks, 2022. 573 p.

As línguas não são neutras ou imutáveis; pelo contrário, a constante interação entre os falantes e o código linguístico proporciona alterações em todos os níveis do idioma, como um reflexo direto das demandas sócio-histórico-culturais dos mais diversos grupos étnicos que participam desse processo. Consideremos, a partir dessa ideia, a situação em que um alto contingente de indivíduos, algo entre 3 e 5 milhões, com línguas próprias de seus povos de origem e cosmopercepções de mundo distintas, tenha desembarcado forçadamente em uma terra do outro lado do oceano, o Brasil, sem condições mínimas de tratamento que pudessem garantir a sua humanidade. Quais seriam os resultados de um contexto invariavelmente multilíngue, que contemplou não só os falares de milhares de cativos negro-africanos, como também das populações autóctones e dos colonos portugueses? Quais eventos sociolinguísticos e aspectos da convivência interétnica culminaram no que nós chamamos hoje de Português Brasileiro (PB)? Essas e outras perguntas norteiam a obra *Camões com dendê*:

* Mestranda em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). beatriz.farias@estudante.ufcg.edu.br

** Doutor em Letras (Linguística) pela UFPE, Docente da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). herbertt_port@hotmail.com

o português do Brasil e os falares afro-brasileiros, de autoria da etnolinguista Yeda Pessoa de Castro e publicada em 2022 pela editora Topbooks.

Yeda Pessoa de Castro, segundo dados disponíveis na própria obra, é doutora em Línguas Africanas pela Universidade Nacional do Zaire, na República Democrática do Congo. É uma estudiosa internacionalmente conhecida por seus trabalhos destinados à investigação das relações linguísticas e culturais estabelecidas entre África e Brasil e pioneira em pesquisas de campo sobre as línguas africanas no Brasil. Além disso, é membro da Academia de Letras da Bahia e autora de outros dois livros: *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro* (2001) e *A Língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do séc. XVIII* (2002). Há pelo menos quarenta anos, suas produções, sejam elas artigos, livros ou conferências, vêm revolucionando a área dos estudos de formação sócio-histórica do PB, isso porque fundamentam a perspectiva de que um contingente tão alto de línguas africanas em contato direto com o português seiscentista contribuiu de forma decisiva com o desenvolvimento de características linguísticas particulares da variedade brasileira, que se configuram como muito além de um conjunto de empréstimos lexicais.

Para tanto, a obra, voltada para o público-alvo de universitários e pesquisadores acadêmicos, tem por objetivo “[...] colocar sob análise os aspectos sócio-históricos e etnolinguísticos mais relevantes da interferência dessas *africanias* na formação e desenvolvimento do português brasileiro” (Castro, 2022, p. 11, destaque da autora). No que se refere à sua divisão, *Camões com Dendê: o português do Brasil e os falares afro-brasileiros* está organizada em três momentos. O primeiro é referente às seções introdutórias *Aos leitores*, *Prefácio* (Freitas, 2022) e *Apresentação* (Queiroz, 2022), que discorrem acerca de conceitos fundamentais para a compreensão dos demais capítulos, como é o caso das africanias, africanidades e aportes, bem como evocam breves considerações acerca de teorias outras que se debruçaram sobre a questão do PB. O segundo diz respeito aos sete capítulos principais: I. *As línguas faladas na África*; II. *Línguas e povos africanos no Brasil*; III. *Falares afro-brasileiros nos tempos coloniais*; IV.

Categoria dos aportes; V. Língua e religiosidade, binômio de resistência; VI. Dos precursores aos contemporâneos; e VII. Português do Brasil: ancianidade com africania. O terceiro momento corresponde a um *Vocabulário afro-brasileiro*.

No que tange ao **primeiro capítulo**, intitulado *As línguas faladas na África*, Castro inicia sua explanação com descrições que ilustram a África como sendo um continente pluriétnico, multicultural e plurilíngue. A autora subverte o mito de que o continente africano é inferior ou menos complexo que os demais ao apresentar informações a respeito da sua extensão territorial, climas, paisagens, habitações, etnias e línguas locais. Logo depois, a etnolinguista disserta acerca da história de formação do continente, as populações autóctones que residiam na região antes das incursões portuguesas e as inovações tecnológicas das quais dispunham, como é o caso dos bantos, que já dominavam a técnica de trabalhar com o ferro. A ênfase dada ao desenvolvimento da África e aos grupos étnicos que nela residem até os dias de hoje é uma iniciativa de suma importância para os estudos que visam a observar, compreender e analisar as particularidades da região, uma vez que constrói uma imagem sobre o continente para além da história da escravização de seus povos, enxergando o que havia muito antes de toda a destruição e silenciamento orquestrados pelo colonialismo.

Na sequência, fomenta discussões pertinentes no que compete à investigação do grupo etnolinguístico banto, responsável por abarcar cerca de 500 línguas tipologicamente semelhantes. A homogeneidade desse grupo chamou atenção dos pesquisadores, pois, “por muito tempo, foi considerado como constituindo uma família autônoma, sem relação com outros grupos, apesar do fato de se terem revelado fortes semelhanças com as línguas da África Ocidental” (Castro, 2022, p. 38). Essa inquietação, segundo Castro (2022), foi a fagulha para que Greenberg mobilizasse esforços contínuos durante 15 anos, com a finalidade de propor, em 1955, uma classificação consistente para as mais de duas mil línguas africanas, em que as línguas banto e as sudanesas ocidentais são agrupadas em um único tronco linguístico, o

Níger-congo. Não só isso, como também outras três grandes classificações são postuladas, os troncos Nilo-Saariano, Afro-Asiático e Khoisan. Para finalizar, situa-se o impasse experienciado pelos países colonizados por nações europeias ao gerir um multilinguismo que transpassa fronteiras, como também a necessidade de investir em políticas de valorização e preservação da pluralidade de línguas regionais, cuja importância é desconsiderada em detrimento da adoção de idiomas ocidentais, sob a justificativa de uma falsa “neutralidade”.

Já no que se refere ao **segundo capítulo**, denominado *Línguas e povos africanos no Brasil*, Castro faz um resgate sócio-histórico das nações negro-africanas atingidas pelo tráfico transatlântico. Nessa retomada, duas macrorregiões se sobressaem, a África Banto e a África Oeste-ocidental. Os tópicos que integram, pois, esse capítulo dedicam-se a elucidar breves informações sobre as nações envolvidas no tráfico transatlântico e os traços linguísticos compartilhados com a língua portuguesa. Ao explorar de modo mais aprofundado o assunto das línguas banto, explica que estas partilham pontos de intersecção, pois todas são oriundas de uma mesma língua mãe, o protobanto falado há cerca de 4 mil anos. Dessas línguas, as que mais ganharam relevo no Brasil colônia foram o quicongo, o quimbundo e o umbundo, cujo sistema de classes composto por pares de prefixos é, talvez, uma das suas principais características em comum e aquela que mais impulsionou mudanças na realização de flexões e concordância no PB. Outros traços linguísticos evocados pela autora e verificados, também, na variedade atual do PB são a queda das seminasais /nd/ e /mb/ com a prevalência de homorgânicas soantes /n/ e /m/, os pronomes pessoais em posição proclítica e a dupla negação. Em seguida, a autora traça um panorama geral dos povos bantos no Brasil, em tópicos que contemplam informações históricas sobre os antigos reinos de Angola, Kongo, Matamba, Loango e Benguela, seus costumes e detalhes da sua mundividência.

No que concerne à explicação sobre a África Ocidental, a pesquisadora salienta que são línguas diferenciadas tipologicamente, ao contrário do grupo banto, e que seus

expoentes, no Brasil, foram o Ewe-fon ou Gbe e o Iorubá (grafado como Yorubá). No caso da língua Ewe-fon, cita que os seus falantes foram trazidos em meados do século XVII com a justificativa de suprir as demandas da mineração, que se alçava como um modelo de exploração economicamente rentável no Brasil. Dos seus traços linguísticos mais relevantes, podemos citar o fato de comportarem encontros consonantais e dígrafos (CCV), disporem de palavras lexicais inanalísáveis, elaborarem a composição por justaposição e não apresentarem distinção de gênero nos nomes – como as demais línguas da região ocidental mencionadas aqui. No caso dos reinos dos quais a maioria das populações falantes foram raptadas, temos o do Daomé, atual Benim, e de Hogbonu (ou Porto Novo). Por fim, no que diz respeito ao iorubá, expõem-se alguns de seus traços linguísticos, entre os quais estão os radicais monossilábicos e as estruturas silábicas consoante + vogal, os complementos diretos e indiretos posicionados após o verbo, por ênclise, a flexão verbal realizada apenas por meio do uso de pronomes pessoais, entre muitos outros. Suas nações de maior proeminência, tematizadas na obra, foram o Império de Oyo e o Reino do Ketu.

No capítulo *Falares afro-brasileiros nos tempos coloniais*, o **terceiro** da obra, Castro trata da emergência dos dialetos que possibilitaram o contato interétnico em diferentes momentos e contextos da história brasileira. Nesse caso, a autora não emprega a palavra “dialeto” em seu sentido pejorativo, que remeteria a falares de menor prestígio, mas como uma linguagem própria que coexiste com outras línguas correntes. Entre os principais dialetos que podem ter sido falados em solo brasileiro, a etnolinguista elenca (i) o dialeto das senzalas (séc. XVI ao XIX), (ii) o dialeto rural (séc. XVI ao XIX), (iii) o dialeto das minas (séc. XVIII) e (iv) os dialetos urbanos (séc. XIX).

No subcapítulo que tematiza os falares emergentes nas senzalas, elucida-se como a necessidade de comunicação dos cativos favoreceu a eleição de línguas francas, cujos critérios de escolha poderiam variar desde a língua com o maior número de falantes até aquela que detinha um maior prestígio sociológico entre os escravizados, o que aponta para os idiomas de base banto, visto que essas populações, nos primeiros

anos de escravização, foram trazidas em números muito mais expressivos que os demais. No subcapítulo focado no *dialeto rural*, a autora aprofunda-se na questão dos escravizados ladinos e crioulos ao apontá-los como os principais agentes na modificação do português, dado que, em seu bilinguismo, aportuguesaram os seus falares africanos e africanizaram o português ao qual temos acesso nos dias atuais. Argumenta, também, sobre como o domínio banto influenciou diretamente nos dialetos dos quilombos e disserta acerca da anterioridade no tempo da maioria dos aportes afro-brasileiros, provavelmente instituídos no PB nesse mesmo período.

As mudanças do eixo econômico do país para as regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, com a mineração, e para o recôncavo baiano, em razão do comércio de fumo, são os argumentos abordados por Castro no tópico *Dialeto das Minas*. Isso porque essa alteração culminou no aumento do tráfico na Costa da Mina. Para a autora, a presença de tantos negro-africanos de uma mesma procedência étnica, falantes de línguas semelhantes, favoreceu o surgimento de uma língua veicular de base ewe-fon ou gbe em fase de *pidginização*, registrada por Antônio da Costa Peixoto (1731) na *Obra nova da língua geral de Mina*, um dos mais importantes documentos da época colonial, redigido com o fito de facilitar o entendimento dos senhores de escravos acerca da língua falada por estes indivíduos, em busca de prevenir rebeliões.

Para concluir o capítulo, ao explicar os *Dialetos urbanos*, a autora versa sobre como a decadência das minas, a ascensão do cultivo de café no Sul e transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro influenciaram na profusão dos falares urbanos. Versa, para além disso, sobre como a vinda da corte real para o Brasil em 1808 e as suas tentativas de “expandir a cultura” por meio de instituições de ensino e da criação de centros culturais influenciaram na percepção de língua dos residentes das áreas urbanas. Finaliza com a constatação de que a presença do negro-africano se fez sentir em todas as regiões do país.

Nesse sentido, é preciso enfatizar a pertinência na escolha da pesquisadora em redigir uma linha do tempo que contemplou não só os principais momentos da história

de um Brasil colônia em formação, como também o registro dos aspectos linguísticos de maior destaque nos dialetos abordados, os seus agentes de disseminação e as modificações impulsionadas por cada contexto de uso. Há, ainda, uma atenção especial no que concerne ao registro da origem étnica dos negro-africanos envolvidos nesse processo e quais as línguas africanas de maior destaque em cada período, o que dialoga diretamente com as informações apresentadas nos capítulos anteriores, em que os leitores são apresentados às particularidades sócio-histórico-culturais e linguísticas desses povos. Ao realizar esse movimento de reconhecimento das populações negro-africanas, há um desmembramento do projeto de epistemicídio desses indivíduos, pois aqueles que antes eram apenas uma massa homogênea e indistinta, relacionada tão somente ao sofrimento e à escravização, passam a ser identificados como sujeitos plenamente humanos.

O **quarto capítulo**, *Categoria dos aportes*, reserva-se à apresentação das africanias verificadas na língua portuguesa. A autora problematiza o uso da palavra “empréstimo” para referir-se aos conhecimentos afro-linguísticos instituídos na língua portuguesa, isso porque considera esse termo limitante e eufemístico, uma vez que as africanias observadas no PB não dizem respeito tão somente à apropriação de um vocabulário de base africana, mas de mudanças verificadas nas camadas mais profundas da língua e da sociedade. O posicionamento adotado pela pesquisadora vai contra a ideia, ainda muito difundida na Academia e na Educação Básica, de que a população negro-africana não poderia alterar de maneira significativa uma língua de origem indo-europeia e, por isso, “imaculada”. Atribuir aos itens lexicais a maior parte das africanias verificadas no PB torna-se, portanto, uma forma de invisibilizar e descredibilizar a participação desses sujeitos, uma vez que o sistema lexical, aberto e renovável, seria, então, o único capaz de comportar esse conjunto de interferências superficiais, concepção que é contestada pela autora. Mediante essa reflexão, propõe o emprego do termo “aporte”, por considerar seu alcance mais amplo que o anterior. Na sequência, Castro (2022) apresenta-nos três categorias de aportes vocabulares, os

aportes (I) léxicos, (II) semânticos e decalques e (III) híbridos.

Os *aportes léxicos* são definidos pela autora como o processo pelo qual uma determinada língua utiliza com frequência e acaba por apropriar-se de uma unidade lexical de outro falar, que tem por finalidade designar um novo horizonte de objetos tangíveis e noções culturais antes desconhecidas. Essa categoria de aportes pode ser classificada de acordo com a sua constituição (simples e compostos), ocorrência (antigos e contemporâneos) e formação (convergentes e divergentes), designações que são intercambiáveis, pois denotam propriedades distintas de um mesmo vocábulo.

No que tange aos *aportes semânticos e decalques*, a pesquisadora explica que estes ocorrem quando, ao apropriar-se de uma nova noção ou objeto, a língua receptora efetua uma tradução do termo original por meio de substituições morfológicas. Outras possibilidades de decalque expostas pela autora são a *aproximação fonossemântica*, a *reduplicação de significado* e a *aproximação morfossintática*. Por seu turno, os *aportes híbridos* são aqueles que englobam todos os tipos de derivação que vêm a ocorrer nos itens léxicos africanos, isto é, “nominal, adjetival, verbal ou adverbial, simples ou composta” (Castro, 2022, p. 168). Nesse tópico, com o auxílio de quadros demonstrativos, apresenta-se, de maneira bastante didática, uma série de exemplos para cada categoria. É o caso dos aportes híbridos (I) *simples*, que abarcam as *derivações* (a) *nominais* (constituente africano + sufixo português, a exemplo de *dendzeiro*) e (b) *verbais* (prefixo português + constituinte africano, como em *aquilombar*), e (II) *compostos*, que ramificam-se em (a) constituinte africano + constituinte português, tal qual *samba de roda*, e (b) constituinte português + constituinte africano, como em *azeite de dendê*.

O **quinto capítulo**, *Língua e religiosidade, binômio de resistência*, inicia propondo discussões sobre como a religiosidade afro-diaspórica desenvolvida em solo brasileiro atuou sob a função de um signo de resistência e defesa cultural dos negro-africanos que aqui aportaram. A autora explica que isso ocorre porque a religião, como elemento central da cosmo percepção das populações africanas e suas respectivas culturas, é

menos suscetível a mudanças. O repertório linguístico dos cultos de matriz afro-brasileira, portanto, conserva itens léxicos de base africana que permanecem, em maioria, inalterados, pois foram cristalizados em seu uso e estão restritos a um domínio muito específico de iniciados na doutrina. Diante dessa perspectiva, a etnolinguista menciona as manifestações afro-religiosas conhecidas como Candomblé, na Bahia, Tambor, no Maranhão, e Xangô, em Pernambuco, como sendo expoentes da herança cultural negro-africana. As crenças, modos de adoração e línguas dessas organizações socioreligiosas estão de tal modo relacionadas que se distinguem, em suma, pela origem do repertório linguístico, que pode ser, segundo a própria autora, banto ou congo-angola, ewe-fon ou mina-jeje, iorubá ou nagô-ketu-ijexá.

Seguindo o capítulo, a autora desenvolve uma contínua abordagem de grande parte dos constituintes dos cultos afrodiáspóricos, sejam eles praticados em solo brasileiro ou enraizados em África. À vista disso, Castro propõe uma leitura que equilibra a cultura e os aspectos de língua e linguagem que integram o universo destas manifestações religiosas, lançando seu olhar analítico para contextos marginalizados pelos estudos acadêmicos, mas que têm muito a nos oferecer no que diz respeito não só à compreensão da formação linguística do país e desses espaços como também à nossa constituição como indivíduos.

Em relação ao **sexto capítulo**, *Dos precursores aos contemporâneos*, Castro realiza um extenso levantamento de pesquisas relacionadas ao assunto da presença negro-africana na sociedade brasileira e as suas contribuições para o PB em diferentes épocas. Os primeiros estudos esmiuçados são os de Sílvio Romero e João Ribeiro. No que compete ao dicionário gramatical elaborado por Ribeiro, a autora ressalta a sua importância na tarefa de inaugurar um novo capítulo da língua portuguesa, uma vez que, na entrada do “elemento negro”, propôs uma definição voltada para as alterações incrustadas na língua portuguesa, cuja fonte provinha das línguas africanas. Observa-se, assim, a dedicação que a pesquisadora destina na investigação dos estudos que tematizam o caso das africanias, dado que esse movimento de resgate lança luz para

outras definições e modos de enxergar os conhecimentos afrolinguísticos, cedendo espaço para a apuração de verbetes, breves menções e citações em documentos que não têm por objetivo esmiuçar o assunto, mas que nos revelam muito acerca dos valores sociais e linguísticos atribuídos ao elemento negro em determinado recorte temporal. Nesse caso, verifica-se um ponto de inflexão no que tange aos estudos em vigência na época.

Em seguida, a pesquisadora tematiza, sob uma perspectiva crítica, a participação e influência do médico maranhense Nina Rodrigues no que ela vem a chamar de “yorubacentrismo”. Em outras palavras, ela atribui ao estudioso a exaltação dos povos iorubás em detrimento das nações banto, cuja anterioridade no tempo e quantidade de indivíduos eram muito mais expressivas. Isso acontece porque o autor, do ponto de vista de teorias rácico-biológicas há muito obsoletas, interessou-se em angariar dados acerca dos povos oeste-africanos que residiam na cidade de Salvador. Castro menciona, ainda, a presença de um falar o qual denominaram de “nagô” em Salvador, utilizado na comunicação das populações negras e pardas, mas que, ao contrário do que por muito tempo foi difundido, não era uma língua africana, mas uma língua franca lexicalizada pelo iorubá; somado a isso, há também o prestígio ocidentalocêntrico concedido ao iorubá por lançar mão de um código escrito, ao passo que a maioria das línguas africanas dispunham apenas da oralidade para manifestarem-se culturalmente.

Sendo assim, depois de apontar os equívocos cometidos por estudiosos que aderiram a essa corrente teórica, a obra menciona outras pesquisas efetuadas, desta vez, em todos os subsistemas da língua, desde o lexical até o gramatical, entre os quais estão os livros *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, de Jacques Raimundo, e *A influência africana no português do Brasil*, de Renato Mendonça, além de muitas outras obras. O apanhado de trabalhos que Castro realiza é bastante diversificado, tornando-se indispensável à compreensão do desenvolvimento e ampliação da Linguística Africana no Brasil, isso porque a autora não se limita a referenciar estudiosos que

partilham de uma mesma corrente teórica, alinhada à sua própria visão, mas também busca mencionar aqueles de que discorda, uma vez que todos contribuíram, em maior ou menor grau, para os avanços da área. As menções ao caso de Nina Rodrigues, por exemplo, são feitas mediante a apresentação de ressalvas, que não endossam a sua conduta, mas colocam em evidência apontamentos que podem nos auxiliar a entender a situação das populações africanas na Bahia pós-abolição. Não por acaso, a autora busca referências de estudos em todos os níveis do idioma e cujas lentes focalizaram outras nações negro-africanas que não apenas o grupo etnolinguístico banto.

Em vias de finalizar a obra, a professora Yeda debruça-se sobre as teorias de *crioulização* e *deriva* do português – atualmente as duas das principais correntes teóricas que encabeçam as explicações sobre a formação do PB – e comenta um pouco sobre a sua própria trajetória de pesquisas sobre as africanias e as relações sócio e etnolinguísticas entre África e Brasil.

No **sétimo e último capítulo**, *Português do Brasil: ancianidade com africania*, Castro retoma os principais assuntos discutidos ao longo da obra, entre os quais sobressai a predominância dos povos banto nas tarefas de difusão e modificação da língua portuguesa. A autora também reserva uma parte do capítulo para comentar sobre o tipo de tráfico empreendido pelos portugueses, cuja estratégia utilizada se pautava na importação e organização de povos africanos de diferentes etnias na tentativa de dificultar a comunicação, mas que, ao final, culminou apenas na formação de massas de falantes de línguas banto, o que favoreceu a sua interferência na língua portuguesa e, possivelmente, impossibilitou a emergência de uma língua crioula. Em defesa desse ponto de vista, Castro argumenta que a inibição de um falar crioulo no Brasil se deu, sobretudo, porque o português seiscentista e as línguas banto, ambos em sua fase arcaica, dispunham de similitudes morfofonológicas e sintáticas que, a partir do contato prolongado, impulsionaram a manutenção de traços já verificados no português ou previstos pela deriva linguística, como é o caso do vocalismo.

Essa constatação não é feita ao acaso, mas, sim, discutida exaustivamente ao

longo de toda a obra, em que a autora reúne dados e informações que comprovam a sua tese. Consideramos que o trabalho executado por Castro é detalhista e consistente, uma vez que esmiúça a estrutura das línguas africanas e do português seiscentista, apresentando as suas semelhanças e diferenças, para, logo em seguida, expor as principais proposições acerca do assunto. Isso posto, a autora une duas grandes correntes teóricas, muitas vezes lidas como dicotômicas, mas que são, pelo contrário, complementares, as hipóteses de deriva e contato linguístico. Essa união fornece subsídios teóricos para a análise e investigação de fenômenos atestados em outras línguas indo-europeias, sem perder de vista, porém, os impactos sociais e linguísticos oriundos da convivência interétnica.

Partindo dessa concepção, Castro expõe um conjunto de tendências morfossintáticas e fonológicas, verificadas no PB e nas variedades africanas do português. Na fonologia, destacam-se o vocalismo, os ideofones¹ e as consoantes nasalizadas; na morfossintaxe, a remodelação dos sintagmas verbal, nominal e pronominal, o emprego do verbo “ter” em substituição ao “haver”, a dupla negação, o sujeito focalizador² e a ausência de concordância na flexão de gênero, recorrente em possessivos na variedade rural. Para encerrar, a autora volta a enfatizar a necessidade de reescrever a nossa história, desta vez se voltando para os negro-africanos como agentes, não passivos. Ressalta, assim, que o livro buscou aprofundar discussões sobre as quais vêm empreendendo pesquisas de campo, há quarenta anos, nos dois lados do Atlântico. Essas pesquisas, reunidas e publicadas em um único exemplar,

¹ Castro (2022, p. 253) define os ideofones como “sons sensoriais carregados de sentido” e exemplifica-os a partir do verso da marchinha carnavalesca de Haroldo Lobo, “Allah-lá ô,ôôô/Mas que calor, ôôô”, em que a reduplicação do “ô” é utilizada como uma forma de intensificar positivamente a sensação de calor no deserto.

² O focalizador, segundo Castilho (2019, p. 675), é um “recurso prosódico ou gramatical para assinalar o foco”, o que pode ocorrer mediante a pronúncia enfática do que se pretende destacar ou o uso de operadores, como em “você é que deveria falar”. Nesse sentido, Castro (2022) elucida a ocorrência de uma locução observada na variedade linguística da Bahia, o “lá ele/lá eles” ou “lá ela/lá elas”, empregada, em geral, para realçar o sujeito da oração, a exemplo de “ele (é que) partiu, lá ele” (Castro, 2022, p. 267).

desempenham a função de um verdadeiro divisor de águas no atual cenário educacional de nosso país, que, mesmo vinte anos após a aprovação da lei 10.639/03, caminha a passos lentos para acompanhar as discussões de uma sociedade em constante (re)descoberta. Conhecer e, sobretudo, formular possíveis abordagens para esses conteúdos em sala de aula são tarefas fundamentais para os profissionais de língua portuguesa.

Após os capítulos, há o *Vocabulário Afro-brasileiro*, composto de 3.517 itens lexicais e distribuído ao longo de mais de duzentas páginas. Das notas introdutórias, cabe mencionar o fato de que o significado dos verbetes pode ser tanto encontrado em dicionários, quanto de responsabilidade dos informantes da autora – em geral, consultados a respeito dos itens lexicais provindos de contextos afro-religiosos. Ressaltamos, portanto, a ênfase dada à sabedoria ancestral que se desenvolve às margens da academia, o que é muito positivo, posto que, ao longo de tantos séculos, os ensinamentos, costumes e tradições de matriz africana foram alvos do epistemicídio e da descredibilização, por não atenderem aos moldes ocidentocêntricos de saber (Sousa Santos, 2019). Além disso, tal procedimento marca a característica etnográfica presente nos estudos da autora, revelando um verdadeiro olhar para a língua por meio das relações sociais desenvolvidas a partir dela.

Não por acaso, a autora também cita que há a presença de palavras e expressões que não necessariamente são de origem africana, mas que são percebidas em uso corrente nos falares afro-brasileiros, em especial na linguagem dos terreiros. Ademais, quanto à procedência dos termos, Castro relata que, dos 3.517 vocábulos, são “1.322 de base banto (B), 1.299 do oeste-africano, iorubá e ewe-fon (O), 34 de origem imprecisa (B) e/ou (O), 853 de formação brasileira, entre eles, decalques, híbridos e regionalismos provenientes de línguas não africanas” (Castro, 2022, p. 279). Essas palavras são indispensáveis à metodologia de pesquisa da autora não só por seus significados, mas também porque apontam para a origem das línguas e povos africanos que aqui estiveram. São dados indispensáveis no auxílio à reconstrução de uma história escrita

por africanos e propositalmente silenciada por seus algozes, configurando-se peça-chave de nossa identidade sócio-histórico-cultural que nem mesmo o colonialismo foi capaz de apagar.

Como principal ponto positivo da obra, destacamos a longa e detalhada descrição das línguas africanas que foram faladas no Brasil Colônia – seja mediante a observação e análise de tendências arcaicas reconstruídas do protobanto, seja a partir de propostas de comparações com as variedades atuais desses idiomas. Dessa forma, muito antes de sermos apresentados aos resultados desse contato, somos guiados a reconhecer características que estão imbricadas de tal modo no PB, que passam despercebidas quanto ao questionamento de sua origem. À vista disso, a reunião de um repertório tão extenso de contribuições afrolinguísticas também é um tópico a ser mencionado, posto que grande parte dos estudos, pela necessidade de um maior aprofundamento, acaba concentrando-se em um ou outro aspectos linguísticos apenas, ao passo que a obra de Yeda Pessoa de Castro abarca grande parte dos subsistemas da língua portuguesa.

Em contrapartida, acreditamos que, mesmo com a transcrição de provérbios e canções que resguardam em seu cerne ocorrências dessas manifestações afrolinguísticas, em especial no que diz respeito ao léxico e à morfossintaxe, seria interessante acrescentar nos exemplos registros dos usos linguísticos atuais em situações reais de interação, como forma de atestar o emprego corrente dessas propriedades nas múltiplas variedades da língua portuguesa e, simultaneamente, aproximar-se do cotidiano dos leitores.

Recomendamos, portanto, *Camões com Dendê: o português do Brasil e os falares afro-brasileiros* como uma leitura indispensável não apenas para estudiosos que realizam pesquisas na área das africanias – como uma forma de adentrar nesse campo ou mesmo atualizar-se das mais recentes descobertas –, mas também para ser adotado como um material basilar nos currículos dos cursos de Letras do nosso país, uma vez que aborda a formação sócio-histórica do PB de outra perspectiva, trazendo à luz as

contribuições dos povos negro-africanos para a nossa identidade nacional, individual e linguística. Sendo assim, é um material que possibilita aos professores de língua portuguesa a construção de um ensino antirracista, afrocentrado e consciente, ao passo que elabora um panorama histórico que vai desde a África pré-invasão até os dias atuais, sempre elucidando características próprias das línguas africanas que são verificadas no PB, em todas as suas variedades, desde as de menor prestígio, como os falares das comunidades rurais isoladas, até a língua majoritária dos brasileiros. É uma obra que subverte a narrativa tradicional de que os escravizados negros eram apenas indivíduos passivos à espera de um salvador e que não podiam interferir significativamente em uma instância tão consolidada quanto a língua. Coloca-os, assim, no lugar que lhes é de direito: o protagonismo no povoamento do país, na propagação da língua portuguesa e na edificação de uma sociedade tão culturalmente rica quanto a nossa.

Referências

CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. 1. ed., 5. reimp. São Paulo: Contexto, 2019.

SOUSA SANTOS, B. de. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.